

HISTÓRIA DO LIVRO MANUSCRITO

Ana Lúcia Merege

Mestre em Ciência da Informação (IBICT-UFRJ/ECO)

Bibliotecária – Setor de Manuscritos – Biblioteca Nacional (Brasil)

O que conhecemos como livro chegou ao seu aspecto atual após intensas e constantes modificações, que alteraram, inclusive, o seu significado. Hoje o vemos como algo corriqueiro, mas no passado foi um símbolo de poder e status, acessível apenas a uma pequena parcela da população. Seu papel como veículo de conhecimento e informação, contudo, permanece o mesmo, ainda que esse processo também tenha assumido diferentes formas, de acordo com a época e o local.

As primeiras representações gráficas que conhecemos são as chamadas pinturas rupestres – existentes há aproximadamente 32.000 anos – e os petroglifos, desenhos gravados em pedra. Essas representações não são caracterizadas como escrita, mas já se constituem numa forma positiva de comunicação e de registro. Em outras palavras, são os primeiros esboços representativos da linguagem oral.

Definida por Février (apud Higounet, p. 11), como “um conjunto de sinais estabelecido e utilizado por uma comunidade para reproduzir a fala”, a escrita surgiu em várias civilizações, ao longo de milênios. Alguns tipos chegaram até nossos dias, com ligeiras modificações, enquanto outros ainda precisam de mais subsídios para serem decifrados. Os sistemas podem ser de vários tipos:

-- **Escrita sintética:** também chamada **ideografia**, é aquela em que um sinal ou grupo de sinais é usado para sugerir uma ideia ou uma frase. O sistema é usado pelos inuit e por alguns povos indígenas da América do Norte, que usavam o sistema de faixas coloridas chamadas *wampuns*. Elementos ideográficos podem ser encontrados em escritas analíticas ou analítico-fonéticas, tais como a maia, a chinesa e os hieróglifos egípcios.

-- **Escrita analítica:** é aquela em que os sinais não mais são usados para traduzir ideias ou frases, mas sim palavras. As mais antigas dentre elas são a da China – onde, respectivamente nos séculos I e IV de nossa era, surgiram o primeiro papel feito de vegetais prensados e a escrita clássica até hoje em uso até hoje, chamada de *k'ai chou* --, a hieroglífica do Egito e a escrita da Mesopotâmia, onde, ao longo de 3.000 anos de difusão, os caracteres cuneiformes acabaram por ser usados para notar cerca de quinze línguas diferentes. Na Suméria acabou por surgir um silabário que caracteriza uma fase de transição entre os sistemas analítico e fonético.

-- **Escrita fonética:** é aquela em que os sinais não são usados para notar ideias ou palavras, mas sim os sons. As escritas fonéticas podem ser silábicas, como a escrita cherokee, semissilábicas, como algumas escritas ibéricas antigas, ou alfabéticas.

Os primeiros alfabetos

O alfabeto pode ser definido como “um sistema de sinais que exprimem os sons elementares da linguagem” (Higounet, p. 59). As primeiras tentativas de representação surgiram no Egito, no segundo milênio antes de nossa era, e se difundiram pelo norte da Síria e da Palestina. Ali surgiu um conjunto de sinais mais simples do que os hieróglifos e o cuneiforme, mas que não chega a se constituir num alfabeto completo. Os sons representados são apenas os das consoantes, que constituem as bases das línguas dos povos semitas daquela região – um sistema que o linguista Peter Daniels sugeriu chamar de *abjad*, denominação derivada das três primeiras letras do alfabeto árabe (*b, g, d*).

Evidências arqueológicas encontradas em antigas inscrições, notadamente as de Biblos e Ras Shamra (antiga Ugarit), na região da Síria, apontam os fenícios, habitantes do atual Líbano, como criadores e divulgadores do primeiro alfabeto. Os fenícios foram grandes comerciantes e navegadores, tendo fundado colônias em lugares como a ilha de Chipre, a península ibérica e o norte da África – a mais famosa de todas foi Cartago. Seu alfabeto se desenvolveu por volta da segunda metade do segundo milênio a. C. -- possivelmente inspirado num amálgama das várias escritas existentes no

Oriente e no Mediterrâneo -- e compreendia 22 sinais lineares que se gravavam da direita para a esquerda. Essa escrita se espalhou por suas colônias e por regiões vizinhas, tendo dado origem, segundo se acredita, às primeiras formas do hebraico e do aramaico.

Os alfabetos grego e latino

A opinião mais amplamente aceita pelos estudiosos é a de que o alfabeto foi transmitido aos povos da Grécia diretamente pelos fenícios. Isso é atestado pela comparação entre os sinais, bem como pela tradição histórica: no século V a. C., Heródoto se refere às letras como *phoinikeia grammata*, ou seja, “escrita fenícia”. As lendas atribuem a introdução do alfabeto a Cadmo, irmão de Europa e filho do rei de Tiro – uma cidade fenícia – que teria sido também o fundador de Tebas.

Na escrita grega mais antiga (séculos VIII e VII a. C.), o formato das letras varia de região para região, assim como a direção das inscrições: às vezes da esquerda para a direita, às vezes o contrário, havendo ainda o uso do *bustrófedo* (escrita tortuosa, semelhante aos riscos de um arado). Os sinais eram basicamente os mesmos usados pela Fenícia, com algumas adaptações, principalmente no que diz respeito às vogais.

Ao longo do tempo e de acordo com a região, o alfabeto teve muitas variantes. A forma que prevaleceu foi, por fim, o chamado *alfabeto jônico*, que chegaria até nós como o alfabeto “clássico”, escrito da esquerda para a direita e composto de 24 sinais. Por outro lado, variantes que hoje se acham em desuso foram desenvolvidas para notar outras línguas, particularmente o etrusco, por intermédio de quem o alfabeto chegou até os romanos.

As primeiras inscrições em escrita latina são monumentais, datando do fim do século VII ou do início do século VI a. C. O alfabeto, porém, só foi fixado no século I a. C., quando os romanos já estavam bem avançados em sua expansão militar e cultural. Assim como o latim se tornou a base da língua de muitos dos povos conquistados, também o alfabeto latino de 23 letras foi o precursor de todas as escritas da Europa Ocidental, que viriam a se desenvolver em diferentes estilos ao longo da Idade Média.

Suportes e formatos do livro na Antiguidade

As escritas antigas foram registradas em um sem-número de suportes. Os mais famosos são as tabuinhas de argila utilizadas na Mesopotâmia, porém também se encontram inscrições em pedra (praticamente todas as que sobraram de Cartago, por exemplo), bronze, madeira, tiras de bambu e folhas de árvore. Na China, os primeiros escritos conhecidos, datados do segundo milênio anterior a nossa era, são textos divinatórios escritos sobre ossos e cascos de tartaruga.

No Egito, a escrita hierática – um tipo de escrita simplificada, mais utilizada pela classe sacerdotal, mas que também serviu para registros comerciais, administrativos e literários – foi encontrada principalmente em cacos de cerâmica, chamados de *ostraca*, e no material por excelência ligado à Antiguidade clássica, o papiro. Obtido a partir do caule de uma espécie de junco, o papiro era transformado em folhas, e estas coladas umas às outras, formando longos rolos (em latim, *volumen*) sobre os quais se escrevia com um pincel de junco, geralmente com tinta preta e eventualmente com vermelha. Foi esse o suporte mais utilizado no mundo helênico e entre os romanos, chegando aos primeiros séculos da Era Cristã.

O Surgimento do *códex* e do papel

A mudança de formato do livro, que passou a ser como hoje o conhecemos – folhas agrupadas entre capas mais resistentes – aconteceu gradualmente entre os séculos I e V de nossa era. Isso se deu ao mesmo tempo que a crise nas estruturas do Império Romano, que vinha causando uma diminuição no número de pessoas letradas ou mesmo alfabetizadas (Cavallo, p. 93). Ao mesmo tempo, o Cristianismo se fortalecia, e o estabelecimento de uma cultura escrita em muito se deveu ao clero, ao qual eram ligados praticamente todos os homens de estudo.

Dentro da visão preconizada pela Igreja havia certa cautela e até hostilidade a tudo que proviesse do período pré-cristão, já que este se achava associado ao paganismo. Entretanto, certos aspectos da cultura clássica, em especial a retórica, foram favorecidos por autores como Agostinho, Ambrósio de Milão e Jerônimo, com isso propiciando o surgimento de “uma nova forma de

cultura escrita cristã, que combinava a herança clássica com um estilo homilético modelado na Bíblia” (Heather, p. 253).

Um dos marcos da cultura cristã e também da história do livro é a publicação da Vulgata, a Bíblia latina produzida por Jerônimo entre o final do século IV e o início do século V de nossa era. O autor também deixou cartas e outros escritos que fornecem preciosas informações sobre a produção dos livros na época, além de questões como a da autoria, autenticidade, edição e difusão das obras. Sua época foi marcada pela vitória definitiva do formato *códice* (do latim *codex*, “bloco de madeira”), que, para alguns autores, representa a mais importante revolução da história do livro.

O códice apresentava muitas vantagens em relação ao rolo, pois ocupava menos lugar nas bibliotecas, tinha maior capacidade de armazenamento de texto e melhor legibilidade. Além disso, o novo formato facilitava o trabalho dos estudiosos, já que tornava possível a paginação, os índices, o estabelecimento de concordâncias e o cotejamento de passagens, necessário à comparação de textos ou de versões. A aceitação foi tão grande que, a partir do século II, “todos os manuscritos da Bíblia encontrados são códices de papiro, e 90% dos textos bíblicos e 70% dos textos litúrgicos e hagiográficos dos séculos II-IV apresentam-se dessa forma” (Furtado, p. 41).

Embora se prestassem bem à confecção de rolos, as folhas de papiro eram um material frágil, que se rasgava ou se soltava facilmente das amarras. Além disso, sua produção estava restrita a lugares distantes, como o Egito e a Ásia Menor. Assim, tornou-se comum o uso do pergaminho, um suporte bem mais resistente, embora muito mais caro que o papiro.

No século V a. C. o historiador grego Heródoto já afirmava que as peles de animal eram utilizadas para a escrita, e existem alguns manuscritos até com registros em cuneiforme. O termo *pergaminho*, porém, vem de Pérgamo, uma cidade grega localizada na antiga Turquia, que, por volta do século II a. C., mantinha uma grande biblioteca. Ali, em certa época, houve uma grande produção e conseqüente aperfeiçoamento do material obtido a partir das peles, e o processo seria retomado a partir dos primeiros séculos de nossa era.

O pergaminho era geralmente feito da pele de vacas, ovelhas e cabras – estas foram empregadas principalmente na Itália – mas outros animais foram ocasionalmente usados para esse fim, tais como porcos, veados e até mesmo

lebres e esquilos. O preparo era feito em etapas nas quais a pele era sucessivamente mergulhada em água corrente, raspada, mergulhada numa solução de óxido de cálcio, lavada, esticada numa armação, raspada com uma ferramenta em forma de foice e, por fim, esfregada com pedra-pomes, pastas à base de cálcio e outras substâncias. Esse processo resultava num produto resistente e durável, fosse qual fosse a sua espessura. No entanto, apesar de todas as vantagens sobre o papiro – que continuou a ser usado até os séculos VII e início do VIII -, o pergaminho era um material dispendioso, o que obrigava os escribas e estudiosos a se valerem de artifícios como a reutilização. Daí resultam os chamados *palimpsestos*, pergaminhos em que a escrita original foi apagada para receber um novo registro.

Durante a Idade Média, o Ocidente cristão passou a se beneficiar de uma inovação. Trata-se do papel, uma invenção chinesa, datada provavelmente do século II e que se difundiu a partir da conquista de Samarcanda pelos árabes. Logo o papel foi adotado por todo o mundo muçulmano, incluindo a Hispânia, onde o número de pessoas alfabetizadas era muito superior ao do restante da Europa.

O crescimento das cidades e do comércio, verificado a partir do século XIII, demandava cada vez mais suporte para a escrita, o que, aliado ao baixo custo do papel, determinou a multiplicação das fábricas em vários países. O primeiro foi a Espanha, logo seguida pela Itália e, já no século XIV, pela França e pela Alemanha. Os centros de manufatura exportavam seu produto por toda a Europa, e seu uso se ampliou em documentos que se destinavam a um uso mais ou menos efêmero, tais como listas e registros comerciais. O papel, no entanto, ainda era considerado um material menos “nobre” do que o pergaminho, do qual se continuaram a confeccionar documentos oficiais e livros sofisticados, pagos por mecenas e consumidos como objetos de luxo.

O papel que se produzia na Idade Média era obtido a partir de uma pasta feita de trapos de pano, principalmente linho e cânhamo. Os trapos eram deixados de molho durante vários dias, depois batidos até serem desfeitos numa polpa. Esta era derramada num tanque no qual se inseria uma armação de metal – uma espécie de peneira -- sobre a qual, ao retirá-la, ficava depositada uma fina camada de fragmentos. Camada após camada, intercalada com feltro, era posta para secar, depois prensada até que toda a água houvesse saído. As folhas

resultantes eram mergulhadas numa cola orgânica que as tornava impermeáveis, e, às vezes, polidas para conferir maior brilho. Por volta de 1300, apareceram as marcas d'água, resultantes dos desenhos vazados que os fabricantes de papel adicionavam às peneiras a fim de identificar seus produtos.

***Scriptoria* e oficinas: a produção dos livros medievais**

Nos quinze séculos que transcorreram entre o fim do Império Romano e o surgimento da imprensa, livros de todos os tipos foram produzidos, em condições as mais variáveis e de acordo com o estilo em voga naquela época e naquele lugar. Em outras palavras: cada livro tem sua própria história, embora se possa admitir a existência de pontos em comum.

Nos primeiros séculos da Idade Média, a Igreja foi a depositária quase exclusiva do saber e do conhecimento. O material escrito circulava entre as comunidades cristãs, sob a forma de textos sacros e teológicos, homilias e cartas; clérigos atuavam como professores e secretários, e até mesmo as primeiras universidades estavam ligadas à Igreja. Soma-se a isso o fato de que as bibliotecas monásticas foram praticamente as únicas a preservar seus livros durante e após as chamadas “invasões bárbaras”. Assim, não é de estranhar que os mosteiros e abadias mantivessem seus próprios centros de produção de livros, comumente chamados de *scriptoria*, e que boa parte dos belos manuscritos que nos ficou daquela época tenha sido produzido por religiosos ou por laicos sob a sua orientação.

Nesse panorama merece destaque a cultura bizantina, em que, já no século VI, surgiram ateliers com copistas e ilustradores, sediados em casas religiosas e em centros como Alexandria, Damasco, Antioquia e, mais tarde, Constantinopla. O papel de trapo foi utilizado antes do Ocidente medieval. A influência da Antiguidade Clássica e do helenismo, bem como a predominância de um Cristianismo mais ortodoxo (oposto ao romano) e de tradições orientais, derivadas principalmente da Síria e da Pérsia, resultaram no estilo hierático característico de Bizâncio, que por sua vez influenciou a iconografia dos países eslavos.

Chamamos atenção também para as obras produzidas nas Ilhas Britânicas, particularmente a Irlanda, em centros monásticos fundados por

missionários. O estilo aí desenvolvido ganhou características próprias, com elementos decorativos baseados na arte celta e saxônica; as iniciais são muito trabalhadas, as cercaduras intrincadas, frequentemente com padrão geométrico. Essa arte, que se convencionou chamar *insular ou hiberno-saxônica*, é observada na arquitetura – especialmente cruzeiros de pedra –, em objetos de metal e também em livros iluminados, com destaque para o Livro de Durrow (feito por volta do ano 680), o Livro de Kells (obra inacabada, finalizada por volta do ano 800) e os Evangelhos de Lindisfarne (produzidos no mosteiro do mesmo nome, que foi saqueado pelos vikings em junho de 793).

Nesse período, a letra mais utilizada na escrita era derivada da escrita romana: a *uncial*, ou sua variante conhecida como *semi-uncial*, um modelo de letra grande, arredondada, que se desenvolveu em vários estilos. Nas Ilhas Britânicas havia o *insular* ou *céltico*, na França, o *merovíngio* (letra angulosa e apertada). Na Itália, o principal estilo era o *lombardo*, enquanto o *visigótico* era usado na Espanha. Ali, a partir do século VII, se deu o período de dominação muçulmana, que atingiu regiões da Itália, da França e, durante muito tempo, boa parte da Península Ibérica. A transmissão da herança clássica ao Ocidente em muito se deve à ação de tradutores e eruditos muçulmanos, tais como os da Casa da Sabedoria, criada pela dinastia abássida em Bagdá, que reunia obras filosóficas e científicas. A biblioteca dos califas de Córdoba era riquíssima, assim como a dos fatímidas do Cairo. Além disso, houve um período de grande integração entre o mundo muçulmano, o cristão e a tradição judaica, notadamente durante o reinado de Afonso X de León e Castela, chamado O Sábio (1252 – 1284).

Um outro momento importante na história do livro manuscrito foi a promoção, pelo imperador Carlos Magno (768-814), da chamada *Renovatio Romanorum Imperii*, com a qual pretendia revisar toda a literatura à luz dos modelos romanos, além de fazer com que todas as casas religiosas se convertessem em centros de produção e saber. Isso veio arrematar o movimento que já surgia na Europa continental por parte de copistas e ilustradores que assimilaram a escrita e a pintura da Antiguidade tardia, transformando-as em um estilo próprio (Gaehde, p. 155). O movimento teve a supervisão do religioso Alcuíno de York (735 – 804) e se constituiu numa verdadeira revolução, chamada por alguns de *renascimento carolíngio*.

Vários foram os centros de produção de livros nesse período, notadamente Tours (onde boa parte dos volumes produzidos se destinava à exportação), Reims e Metz. Os estilos variavam de acordo com o local, mas, segundo Gaehde, “percebe-se uma concordância: nada menos do que a união da expansão mediterrânea e a do Norte, para se alcançar uma nova linguagem artística, a Idade Média” (p. 166). De fato, existem traços em comum entre os livros dessa época, tanto na organização, em que títulos e seções em destaque eram usados a fim de facilitar o trabalho do estudioso, quanto no que se refere à caligrafia, que se pretendia tornar um padrão para todo o continente europeu. O estilo, que ficou conhecido como *carolino* ou *carolíngio*, ou ainda como *minúscula carolíngia*, usava algumas formas do uncial, principalmente nas letras capitais, e tinha como característica o uso de “hastes” e “caudas”, em letras de tamanhos iguais e bem espaçadas entre si.

A escrita carolíngia foi utilizada até meados do século XIII. Nesse mesmo período, a figura do mecenas passou a ser mais frequentemente consagrada em imagens e poemas que acompanhavam a obra. Além disso, os livros começaram a ser mais e mais produzidos por artistas, escribas e oficinas laicas, enquanto a produção dos mosteiros diminuiu até quase desaparecer por volta de 1300 (De Hamel, p. 5). Por outro lado, as bibliotecas de catedrais começaram a crescer a partir do século XII, juntamente com as universidades. Estas contavam com bibliotecas segmentadas, ligadas aos cursos, onde os estudantes podiam alugar cópias ou tomá-las emprestadas – um sistema que também funcionara desde os séculos anteriores, nas escolas superiores islâmicas, como a de Ispahan. Além disso, havia corporações de “profissionais do livro” subordinadas às universidades. Os livreiros, deviam fornecer os livros utilizados nos cursos a um preço pré-fixado e garantir que houvesse sempre cópias em circulação.

Um sistema interessante, utilizado na época – e que Barbier afirma ter sido uma das mudanças fundamentais na história do livro manuscrito – era o de *pecia* (Barbier, p. 110). Uma *pecia* era uma parte de livro que podia ser alugada para cópia. Isso permitia que os estudantes menos abonados tivessem acesso às obras, já que os livros, mesmo confeccionados em papel, continuavam a ser bastante caros. Os manuscritos passavam de mão em mão entre mestres e estudantes, às vezes por gerações.

Na segunda metade do século XII, acompanhando a racionalidade do modelo escolástico, as curvas suaves da escrita carolíngia começaram a ser substituídas por ângulos agudos, com muitas ligaduras que, mais tarde, acabariam por permitir que as palavras fossem traçadas sem erguer a pena: uma antecipação da escrita cursiva. Tal estilo, conhecido como *gótico*, tem um aspecto mais “pesado” que o da escrita carolíngia. É também aquele que mais comumente se associa à ideia de escrita medieval, uma vez que foi empregado em manuscritos de grande divulgação nos dias de hoje, tais como o Livro de Horas do Duque de Berry. Nessa época, “a língua vernácula aparece nas orações livres, enquanto o *corpus* de textos litúrgicos que constitui o núcleo rígido e obrigatório do Livro de Horas será pouco traduzido em francês antes do século XVI” (Barbier, p. 105).

Já no século XIV, os italianos – primeiros a entrar no período conhecido como Renascença -- retomaram a tradição carolíngia, adotando uma grafia de formas mais suaves e arredondadas. Essa escrita, chamada de *humanística* – por ter se originado do movimento do mesmo nome --, se prestou principalmente à confecção de livros, embora, em suas formas mais cursivas, também tenha sido usada em outros tipos de documento. Foi nesse período que a leitura, antes comumente feita em voz alta, passou a ser cada vez mais uma prática individual, silenciosa, caracterizando uma religiosidade menos voltada para a congregação e mais para a reflexão e a experiência pessoal.

Algumas regiões se destacaram nesse mesmo século como centros de produção intelectual e livreira. Entre elas, podemos citar:

- O Languedoc, em particular Avignon, que se tornou sede do Papado entre 1309 e 1377. A região havia sido nos séculos anteriores o principal centro da cultura trovadoresca -- baseada na transmissão oral --, bem como, por seu posicionamento geográfico, um local de confluência entre as culturas cristã e muçulmana;

- A Boêmia, em cuja capital, Praga, foi fundada uma Universidade em 1366 e que se tornou um grande centro de produção de manuscritos;

- Os Países Baixos, onde, por volta de 1375, surgiu o movimento chamado *devotio moderna*, que criou escolas e oficinas de produção de livros que, mais tarde, passariam a ser impressos. Thomas à Kempis, autor da “Imitação de Cristo”, pertenceu a uma dessas escolas, já no século XV.

Além da adoção do papel e do sistema de *pecia*, Barbier afirma ter havido um terceiro elemento que impulsionou a produção do livro: cerca de 70 anos antes do surgimento da imprensa, a xilogravura, originária da China, começou a ser utilizada pelos europeus para produzir estampas religiosas, e, nos livros manuscritos, para ilustrações e para as iniciais de abertura dos capítulos. Logo depois surgiram os libretos xilográficos, acessíveis às classes mais populares. No entanto, a demanda pela multiplicação dos livros ainda não tinha sido resolvida, apesar dos esforços dos muitos pesquisadores, inventores e artesãos que, desde o início do século XV, vinham trabalhando nesse sentido. E só com a soma de muitas artes e técnicas, após inúmeras tentativas e outros tantos erros, finalmente surgiria a imprensa de tipos móveis, a qual, após os primeiros anos de estabelecimento em Mainz, se difundiria, para além da Renânia, a partir da década de 1460 (Eisenstein, p. 28).

A Confeção de um livro iluminado

Por tudo quanto foi dito, acreditamos ter mostrado as principais transformações sofridas pelo livro, desde os seus primórdios até que a imprensa surgisse como uma grande revolução nos meios de produção e difusão da escrita.

Para muitas pessoas, porém, a expressão “livro manuscrito” não remete a rolos ou tabuinhas de argila nem aos livros escritos à mão que perduraram praticamente até os dias de hoje, mas evoca imediatamente a ideia de um livro medieval ornamentado com iluminuras. Esse é o modelo por excelência, comumente gravado em nosso imaginário, o que pode ter várias razões: trata-se de um objeto hoje facilmente reconhecível como livro, no formato códice e dotado de capa e folhas; é representativo de uma época sobre a qual existe muita informação, inclusive nos meios populares, já que a Idade Média foi disseminada através de filmes, séries quadrinhos e outras mídias de grande alcance; por fim, trata-se de verdadeiras obras de arte, que impressionam até mesmo os olhos mais leigos.

Assim, sem deixar de mencionar o fato de que muitos livros, especialmente a partir do crescimento das universidades, versavam sobre temas que não a matéria religiosa – havia tratados sobre leis, crônicas, bestiários,

textos científicos, manuais técnicos e obras literárias, só para citar algumas tipologias – falaremos um pouco sobre as etapas de produção de uma dessas obras emblemáticas: um códice, digamos um livro de horas, ornamentado com iluminuras, ou seja, no qual a ornamentação se utilizava de pigmentos à base de ouro ou prata. Um livro desse tipo seria possivelmente em pergaminho, material mais durável e de “status” mais elevado. Tal como o papel, o pergaminho era cortado em folhas que depois eram dobradas, constituindo-se em *fólios*, e formavam cadernos que podiam ser entregues a vários escribas e artesão, assim reduzindo o tempo necessário à confecção do livro.

As páginas prontas eram dotadas de linhas que serviriam de guia para o escriba. Numa obra mais sofisticada, a diagramação devia prever espaços livres que conteriam as ilustrações, as letras capitais e, ainda, a distribuição do texto em uma, duas ou mais colunas – o número variava de acordo com a época, o lugar e o tipo de livro, mas o importante é que as proporções fossem guardadas de acordo com modelos que obedeciam a uma precisão matemática. (De Hamel, p. 23). Concluída a diagramação, as páginas podiam receber o registro escrito, o que era feito por meio de hastes de junco (cálamos) ou penas de aves, geralmente gansos ou cisnes, retiradas da parte externa das asas. A ponta do instrumento de escrita era cortada e aparada de forma a obter letras mais finas ou mais grossas.

A tinta preta usada para escrever era basicamente de dois tipos: um, obtido a partir de carvão ou fuligem, misturada com cola, e o outro feito de sulfato ferroso misturado a ácido tânico. O primeiro tipo era mais comum em manuscritos antigos, enquanto a tinta à base de ferro (chamada de *ferrogálica*) foi empregada em quase todos os livros a partir do século XII.

Outra cor muito utilizada era o vermelho, que servia para títulos, cabeçalhos, iniciais e outros elementos em destaque, além de correções. A tinta vermelha era obtida da mistura de mercúrio com goma arábica e clara de ovo, ou, ainda, feita à base de um pigmento importado da Ásia, proveniente de uma árvore da mesma espécie do pau-brasil. Tintas de escrever azuis e verdes eram também conhecidas, mas seu uso foi limitado; a grande maioria dos livros medievais era escrita em preto e vermelho.

À exceção dos que produziam seus próprios textos, o trabalho do escriba era basicamente de cópia ou, às vezes, de transcrição de palavras ditadas. Era

comum que vários escribas se ocupassem do mesmo texto, que depois podia ser corrigido por meio de raspagens, rasuras ou inserção de palavras. A variação entre as caligrafias diz mais sobre a mestria do escriba do que sobre a sua identidade, embora, segundo De Hamel, existam mais assinaturas em livros medievais do que seria de supor (p. 43). Além disso, alguns escribas se identificavam por meio de *explicit*, um parágrafo adicional ao texto no qual se anuncia a conclusão daquela obra. E, frequentemente, usavam as margens dos textos para se queixar do tédio, da dureza do trabalho ou até mesmo suspirar por uma bebida (Dickey)

Pinturas e iluminuras: a ornamentação

Segundo De Hamel, “era incomum que um livro medieval não contivesse nada além da simples escrita” (p. 45). A maioria deles, porém, não era iluminada e sim decorada com desenhos mais simples, às vezes limitados às iniciais. A ornamentação podia estar também nas margens, ao redor do texto ou entre as colunas escritas; podia se limitar à primeira página ou estar em todas as páginas. Em suma, podia ser algo tão singelo quanto uma capital em vermelho ou tão complexo quanto as iluminuras de página inteira.

A confecção desse tipo de obra era quase sempre objeto de negociação entre o artífice e o comprador, que se punham de acordo em relação à qualidade do pergaminho, ao tamanho das folhas e a vários outros detalhes. Os contratos da época especificam a questão da decoração, pois tanto o material utilizado quanto o trabalho dos artesãos tinha um preço, às vezes elevado.

O trabalho de ornamentação não era feito pelo escriba, mas este devia estar ciente do que ficara combinado a fim de deixar em branco os espaços destinados aos desenhos. Alguns faziam esboços de letras capitais ou inscreviam instruções à margem do espaço, em letra minúscula. Muitos manuscritos contêm essas mensagens. A superfície a receber a tinta devia então ser limpa de qualquer resíduo antes que o desenhista pudesse fazer os primeiros esboços, sempre muito leves, frequentemente copiados de outras obras ou, ainda, de álbuns contendo repertórios de figuras (De Hamel, p. 51).

Nos manuscritos iluminados, o metal era aplicado ao pergaminho por meio de um dentre três processos básicos. Dois deles utilizavam folhas

finíssimas de ouro, que podiam ser aplicadas com um pincel mergulhado em cola ou pela superposição da folha de ouro a uma camada de material aderente, o que deixava a superfície dourada em relevo. Em ambos os casos o metal era aplicado antes dos demais pigmentos, ao contrário do terceiro método, no qual se utilizava ouro pulverizado, misturado a goma arábica e a um pigmento dourado, obtido da concha de um molusco. Esse último método foi mais usado em manuscritos datados do século XV.

Além do metal, os manuscritos iluminados eram decorados com tintas de várias cores. Um manual escrito por volta de 1455, o Livro Modelo de Göttingen, fornece uma visão “acadêmica” do que seria esse trabalho: primeiro a área era pintada, depois escurecida para dar o efeito de sombra e clareada no lado oposto. Os detalhes mais delicados eram realçados com branco. Tanto a pena quanto o pincel podiam ser utilizados. Os pigmentos podiam ser obtidos de diferentes fontes. O vermelho, a tinta mais comum, podia ser à base de mercúrio ou de plantas, como o pau-brasil; o azul também podia ser vegetal, mas vinha frequentemente de pedras como a azurita ou do lápis-lázuli. Outras cores incluíam o verde da malaquita, o amarelo extraído do açafrão ou à base de terra vulcânica e os vários tons de terra e ocre, de origem mineral. Várias receitas eram utilizadas para transformar o pigmento em tinta, a maior parte delas empregando gema ou clara de ovo para fazer a liga.

Os livros medievais eram geralmente encadernados em couro ou em pastas de madeira revestidas com couro e fechadas com garras de metal, mas havia encadernações mais suntuosas, que exigiam o trabalho de gravadores e joalheiros. Enfim, vários artesãos altamente especializados, falar nos comerciantes de tinta e pergaminho, participava do processo de produção do livro, um trabalho especializado e de grande complexidade, que, graças à durabilidade do material, continua a ser preservado até os dias de hoje.

Conclusões

A revolução provocada pela imprensa, a partir dos anos 1460, na produção e na difusão do livro não foi acompanhada por mudanças no formato, que continuava a ser o códice de cadernos costurados. Mesmo em termos estéticos os primeiros livros impressos se assemelhavam em muito aos

caligrafados, com grandes iniciais feitas por xilogravura, ou mesmo à mão, depois de impresso o texto. Além disso, a produção de livros manuscritos não foi totalmente interrompida. No entanto, a revolução proporcionada pelo novo artefato foi imensa, e logo se faria sentir não apenas na Europa – onde, ao se tornar mais acessível, o livro passou a competir com as formas tradicionais de transmissão oral do saber – como também nas novas terras que mal começavam a ser descobertas.

Naturalmente isso não extinguiu o livro manuscrito: muitas obras continuaram a ser produzidas e copiadas por escribas ao longo dos séculos seguintes. Algumas circularam largamente como manuscritos, com várias cópias, como ocorria antes da tipografia, até ganhar versões impressas; houve inclusive periódicos manuscritos. Além disso, até o século XX havia livros escritos à mão que continham todo o texto de uma obra impressa, inclusive com a indicação da tipografia do livro original. Isso podia ter vários motivos, tais como a dificuldade de adquirir uma cópia impressa, a má conservação da obra ou até mesmo o desejo de presentear alguém com um texto escrito de próprio punho, às vezes ornamentado ou com uma dedicatória especial. Também era muito frequente no caso de traduções feitas para uso pessoal, para fins de estudo ou, mais uma vez, para servir como presente.

Nos dias de hoje o livro manuscrito praticamente desapareceu; algumas pessoas ainda tomam notas à mão e escrevem em cadernos, mas as cópias de quaisquer textos e até as cartas e diários pessoais são produzidas por meio de novas tecnologias. As possibilidades de publicação vêm crescendo exponencialmente, assim como os meios de divulgação. Isso, porém, é mais uma mudança de formato e de suporte do que de conceito, e certamente não diminui a relevância que o livro, em suas várias roupagens, sempre desempenhou em nossa civilização.

Talvez chegue o dia em que não mais nos utilizemos de papel ou de qualquer suporte físico, mas, ainda assim o livro deverá perdurar por várias gerações como o veículo por excelência da transmissão da informação e do conhecimento, responsável por tantos avanços, tantas reflexões, tantos momentos de prazer proporcionados pela leitura.

Bibliografia Consultada

- ARNS, Paulo Evaristo. *A Técnica do livro segundo São Jerônimo*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- BARBIER, Frédéric (coord.). *A História do livro*. São Paulo : Paulistana, 2008.
- CAVALLO, Guglielmo. Entre volumen e codex: a leitura no mundo romano. In: CAVALLO, Guglielmo, CHARTIER, Roger (org.). *História da leitura no mundo ocidental*. V. 1. São Paulo: Ática, 1998.
- DANIELS, Peter D. *The world's writing systems*. Oxford: Oxford Press University, 1996.
- DE HAMEL, Christopher. *Scribes and illuminators*. London: British Museum Press, 1995.
- DICKEY, Colin. Living in the margins. *Lapham's Quarterly*, março 2012 (disponível em <http://www.laphamsquarterly.org/roundtable/living-margins> a 27 de agosto de 2015).
- EISENSTEIN, Elizabeth. *A Revolução da cultura impressa*. São Paulo: Ática, 1998.
- FEBVRE, Lucien, MARTIN, Henri-Jean. *O Aparecimento do livro*. São Paulo: UNESP, 1992.
- GAEHDE, A. A iluminura carolíngia. In: DUBY, Georges, LACLOTTE, Michel (org.). *História artística da Europa, vol. 1*. São Paulo : Paz e Terra, 1997.
- HEATHER, Peter. Cultura escrita e poder no mundo migratório. In: BOWMAN, Alan, WOOLF, Greg (org.). *Cultura escrita e poder no mundo antigo*. São Paulo: Ática, 1998.
- HIGOUNET, Charles. *História concisa da escrita*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- ZUMTHOR, Paul. *A Letra e a voz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.